



8M

MULHERES NA LUTA POR DIREITOS E CONTRA A VIOLÊNCIA DE GÊNERO

**Bolsonaro ataca
sindicatos com a Medida
Provisória 873**

3

**Mulheres, as mais
prejudicadas com a
Reforma da Previdência**

12 e 13

**A privatização
das previdências
fracassaram, afirma OIT**

14 e 15

Em 90 dias de governo, só retrocessos

Em 90 dias de gestão o poder executivo federal demonstra sua “eficiência” ao colocar em prática um conjunto de medidas que estavam anunciadas em seu programa de governo e também no plano do governo de transição. Nenhuma ação ou projeto no sentido de gerar empregos, reduzir a inflação, qualificar os serviços públicos e as políticas sociais, ao contrário, todas medidas que buscam precarizar, ainda mais, a vida social e atacar os direitos da classe trabalhadora.

O desgoverno envia para o Congresso Nacional a proposta de “nova previdência”; o ministro da Economia anuncia a desvinculação orçamentária que prejudicará em muito educação, saúde, previdência e assistência social; a ministra da família brada “meninas usam rosa e meninos usam azul”; a presidência lança um conjunto de decretos atacando a educação pública e o movimento sindical, como o decreto 9725/2019 que elimina de funções gratificadas nas instituições federais de ensino pública, o decreto que revoga o direito ao não desconto dos dias parados em greves e paralisações do serviço público e o PL que altera a legislação fundadora dos Institutos Federais.

Enquanto sindicatos e organizações vinculadas à(o)s trabalhadore(a)s ampliam a mobilização contra a proposta de “nova

previdência”, que consiste numa verdadeira deformação da previdência social e um ponto final na previdência pública, o governo busca formas de coibir a organização e a mobilização popular tentando atingir a autonomia e a independência dos sindicatos com a edição da MP 873/2019, que proíbe o desconto da mensalidade sindical em folha de pagamento.

Enquanto as mulheres em todo o país ocuparam as ruas, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, pautando

É hora de reagir, de ampliar a mobilização, de dizer NÃO à nova previdência, dizer NÃO ao conjunto de retirada de direitos e aos retrocessos típicos do recrudescimento do conservadorismo em sua fase neoliberal de extrema direita.

as liberdades democráticas, os direitos das mulheres, a participação política e bradando contra a deformação da previdência, o Presidente da República, no dia 08 de março, declara que nunca teve um governo tão igualitário se referindo a composição de seu ministério formado por 20 homens e 02 mulheres. A justificativa esdrúxula soa como zombaria: “essas duas mulheres valem cada uma por 10 homens”, demonstrando sua total incompreensão ou indiferença ao que significam as lutas

das mulheres, os direitos duramente conquistados e sempre ameaçados, a importância da representação e o valor da participação feminina para o avanço de um país.

Enquanto no dia 14 de março movimentos sociais, organizações, sindicatos, partidos políticos tomaram as ruas em memória ao assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes e contra a criminalização dos que lutam, enquanto entidades, de diferentes tipos, rememoram o GOLPE EMPRESARIAL MILITAR de 1964, “para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça. Por memória, verdade, justiça e reparação!”, o Presidente orienta o Ministério da Justiça a comemorar o dia 31 de março em referência a 1964.

Enquanto o(a)s trabalhadore(a)s não reagirem à altura aos desmandos e à retirada de direitos, à repressão e à criminalização dos que lutam, o desgoverno continuará imbricado em seus desacordos e na sua aparente “confusão”, entre nomeações e exonerações, entre atos e revogações e enquanto isso, vão destruindo o patrimônio público, os direitos sociais e trabalhistas, toda e qualquer conquista da classe trabalhadora.

É hora de reagir, de ampliar a mobilização, de dizer NÃO à nova previdência, dizer NÃO ao conjunto de retirada de direitos e aos retrocessos típicos do recrudescimento do conservadorismo em sua fase neoliberal de extrema direita. Vamos nos juntar no dia 26 de abril à(o)s professore(a)s da educação básica de todo o país e fazer uma grande paralisação da educação. Vamos “receptionar” o(a)s deputado(a)s nos aeroportos do Brasil, vamos fazer café da manhã na porta da residência dos parlamentares federais nos estados, para dizer NÃO ao fim da previdência pública! SIM ao direito de aposentar!

EXPEDIENTE

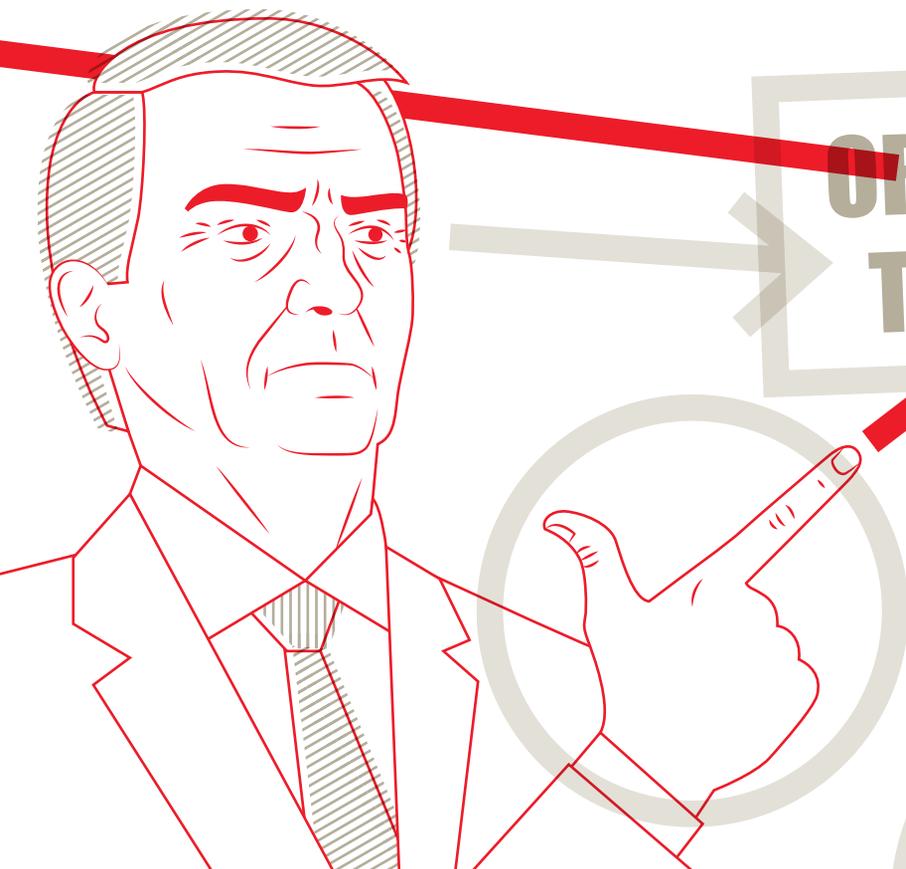
O Informandes é uma publicação do ANDES-SN // site: www.andes.org.br // e-mail: imprensa@andes.org.br

Diretor responsável: Cláudio Mendonça

Redação: Renata Maffezoli MTb 37322/SP // Mathias Rodrigues MTb 10126/PR

Editor-chefe: Carlos Eduardo Batista MTb 54262/SP // Fotos: Imprensa ANDES-SN / Diagramação: Rafael L. Nogueira

Bolsonaro ataca organização sindical com a Medida Provisória 873



O presidente Jair Bolsonaro demonstrou, em meio ao Carnaval, suas intenções de atacar a organização sindical brasileira e de tentar impedir o crescimento das lutas contra a Reforma da Previdência. Bolsonaro editou, no dia 1º de março, a Medida Provisória (MP) 873/2019, que altera as regras para a arrecadação da sindicalização voluntária dos trabalhadores.

A publicação da MP ocorreu apenas nove dias após o governo apresentar sua proposta de Reforma da Previdência, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2019. A MP foi um ato monocrático, sem quaisquer discussões com os trabalhadores e as entidades sindicais.

Com a MP, o governo coloca fim à arrecadação em folha da mensalidade sindical e exige autorização prévia por escrito para o pagamento via boleto, que deve ser enviada para a residência do filiado.

REAÇÃO

Desde a edição da MP, o ANDES-SN e várias outras entidades sindicais têm organizado a resistência a mais esse ataque. No início de março foi realizada

uma reunião das assessorias jurídicas das entidades ligadas ao Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe). Na ocasião, foi definido que era necessário impetrar ações nas primeiras instâncias da justiça para tentar impedir os efeitos da MP na próxima folha de pagamento.

A orientação foi seguida por diversas seções sindicais do ANDES-SN. O resultado foi positivo. Muitas seções sindicais conseguiram, na primeira instância, a manutenção do desconto em folha da mensalidade sindical. É o caso dos docentes da UFMT (Adufmat SSind.), da UFF (Aduff SSind.), UFRRJ (AdurRJ SSind.), UFRJ (Adufrj SSind.) e Cefet/RJ (Adcefet-RJ SSind.), entre outros.

Em geral, as decisões contrárias à Medida Provisória 873 se baseiam no entendimento de que a liberdade de associação sindical é direito constitucional do trabalhador. A Constituição prevê, em seu artigo 8º, a contribuição respectiva à sindicalização. No caso dos servidores públicos federais, a Lei nº 8.112/90, de forma expressa, também assegura tal direito. A lei garante o desconto em folha de mensalidades e

contribuições definidas em assembleia geral da categoria.

ENQUANTO ISSO, NO SUPREMO...

Outra decisão tomada contra a MP 873 foi entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF). A ADI foi movida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O ANDES-SN solicitou participação como *Amicus Curiae*.

Para a OAB, o objetivo da MP é dificultar o processo de organização e manifestação da sociedade civil pelas entidades representativas de trabalhadores. Por isso, pede na ADI que o Supremo suspenda na íntegra os efeitos do texto da Presidência da República.

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) aponta decisões do STF que suspenderam a eficácia imediata de medidas provisórias com vícios de inconstitucionalidades.

Segundo o Diap, o Supremo, que tem como missão institucional zelar pela Constituição, já evitou a eficácia imediata de várias MP. Isso por entender que as mesmas não obedeciam aos dispostos no artigo 62 (urgência e relevância) da Constituição Federal.

Regras de transição da Reforma da Previdência **atacam servidores públicos**

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 6/2019 ataca todos os servidores públicos, das esferas federal, estadual, municipal e distrital. A PEC aumenta a idade mínima, impõe 40 anos de contribuição e reduz benefícios. Baseada no falso argumento de que a previdência é deficitária, a proposta dificulta o acesso à aposentadoria e institui regras de transição a todos servidores públicos do país, inclusive aos servidores das autarquias e fundações públicas.

Na prática, as regras de transição dividem os servidores em três categorias: os que ingressaram antes de 31/12/2003, os que ingressaram entre 2004 e 2013 e os servidores que ingressaram de 2013 em diante. Nos quadros explicamos as regras para cada um.

REGRAS GERAIS DE TRANSIÇÃO

As regras de transição estabelecem que os servidores que estão na ativa poderão pedir a aposentadoria quando cumprirem cumulativamente os seguintes critérios:

 Idade mínima: 61 ♂ / 56 ♀

 Tempo de contribuição: 35 ♂ / 30 ♀

 +  Idade mais tempo de contribuição: 96 ♂ / 86 ♀

20 anos de serviço público, para ambos os sexos

5 anos no cargo da aposentadoria, para ambos os sexos

O servidor e a servidora deverão ter a referida idade mínima em 2019. A PEC estabelece o aumento progressivo dela, que será: de 62 para homens e 57 para mulheres em 2022. O aumento da soma da idade e do tempo de contribuição também será progressivo, veja a tabela na página ao lado. Além disso, essa somatória vai crescer de acordo com o aumento da expectativa de sobrevida da população brasileira.

CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO

Se cumprir todas essas regras, o servidor público receberá uma aposentadoria calculada da seguinte forma: a média aritmética simples das remunerações e dos salários de contribuição do

servidor. Sobre essa média será aplicado o percentual de 60%, acrescido de 2% para cada ano de contribuição que o servidor tiver além de 20 anos de contribuição.

Com 30 anos de contribuição, uma servidora terá um percentual de 80%. No caso de um servidor com 35 anos de contribuição o percentual será de 90%. Caso eles pretendam se aposentar com a aplicação do percentual de 100% sobre a média de contribuições, deverão permanecer contribuindo até atingir os 40 anos.

Para quem ingressou até 31/12/2003

Os servidores que ingressaram em cargo público de provimento efetivo até 31 de dezembro de 2003 terão direito à aposentadoria com paridade e com integralidade. Ou seja, com base no valor total da remuneração no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e reajustes idênticos aos aplicados aos servidores em atividade. Contudo, para ter direito a essa forma de cálculo deverão cumprir os seguintes critérios cumulativos: 65 anos de idade (para homens) e 62 anos de idade (para mulheres), 35 anos de contribuição (homens) e 30 anos de contribuição (mulheres); 20 anos de efetivo exercício de serviço público, para ambos os sexos e 5 anos no cargo em que se der a aposentadoria, para ambos. Caso os servidores não cumpram os requisitos elencados, a aposentadoria deles não observará a regra de integralidade. Desse modo, eles ficarão submetidos às regras do cálculo de 60% da média dos salários, mais 2% a cada ano além dos 20 anos de contribuição mínima obrigatória.

 **Idade mínima:** 65 ♂ / 62 ♀

 **Tempo de contribuição:** 35 ♂ / 30 ♀

20 anos de serviço público, para ambos os sexos

5 anos no cargo da aposentadoria, para ambos os sexos

Para quem ingressou entre 01/01/2004 e 03/02/2013

Para quem ingressou em cargo público de provimento efetivo no serviço público entre 01/01/2004 e 03/02/2013, e não aderiu ao Funpresp, como fica? A PEC mantém a regra de cálculo da aposentadoria de 60%, acrescidos de mais 2% por ano trabalhado até o limite de 100%. Lembrando que o acréscimo de 2% corresponde a cada ano de contribuição além do mínimo de 20 anos. Quem não aderiu ao Funpresp não terá sua aposentadoria limitada ao teto do RGPS.

Os requisitos para ter direito à aposentadoria, todos eles cumulativos, para esses servidores são os da Regra de Transição, ou seja:

 **Idade mínima:** 61 ♂ / 56 ♀

 **Tempo de contribuição:** 35 ♂ / 30 ♀

 **Idade mais tempo de contribuição:** 96 ♂ / 86 ♀

20 anos de serviço público, para ambos os sexos

5 anos no cargo da aposentadoria, para ambos os sexos

Atualmente, a Lei 10.887/04 estabelece os proventos são calculados pela “média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondente a 80% de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência.”

Embora não tenham sua aposentadoria limitada ao teto do RGPS, os servidores desta faixa também serão afetados. Terão que trabalhar 40 anos para ter acesso a 100% do benefício, que será menor que o cálculo atual, pois a média englobará todos os salários da vida laboral e não apenas os 80% maiores.

Há ainda outra regra bastante agressiva para o servidor público federal desta faixa, ou que tendo ingressado antes de 31/12/2003 não queira esperar até completar os requisitos que permitam ter paridade e integralidade. Ele estará sujeito ao aumento progressivo da idade mínima, de acordo com o aumento da expectativa de sobrevida da população brasileira. Além disso, a somatória do tempo de contribuição e de idade aumenta com o passar dos anos. *Ver tabela ao lado.*

Para quem ingressou após 04/02/2013 ou entrou antes e optou pela migração ao Funpresp

Quem ingressou em cargo público de provimento efetivo no serviço público federal depois de 04/02/2013 terá a aposentadoria calculada da seguinte forma: a média aritmética simples das remunerações e dos salários de contribuição do servidor, sobre essa média será aplicado o percentual de 60% (sessenta por cento), acrescido de 2% (dois por cento) para cada ano de contribuição que o servidor tiver além de 20 anos de contribuição. Contudo, a aposentadoria será no máximo o teto do RGPS.

O servidor público federal que ingressou depois de 04/02/2013 também estará sujeito ao aumento progressivo da idade mínima, de acordo com o aumento da expectativa de sobrevida da população brasileira. Além disso, a somatória do tempo de contribuição e de idade aumenta com o passar dos anos. Veja tabela abaixo.

 **Idade mínima:** 61 ♂ / 56 ♀

 **Tempo de contribuição:** 35 ♂ / 30 ♀

 **Idade mais tempo de contribuição:** 96 ♂ / 86 ♀

20 anos de serviço público, para ambos os sexos

5 anos no cargo da aposentadoria, para ambos os sexos

AUMENTO DO FATOR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E IDADE PARA TRANSIÇÃO

 A partir de 1º de janeiro de 2022, a idade mínima será elevada para 57 anos para mulheres e 62 para homens. A pontuação resultante da soma da idade e tempo de contribuição também mudará a partir de 1º de janeiro de 2020. Será acrescido um ponto a cada ano, até atingir o limite de 100 pontos, se mulher, e de 105 pontos, se homem. A previsão é que a transição termine em 2028 para os homens e em 2033 para as mulheres. Veja tabela:

	♀	♂		♀	♂		♀	♂
2019	86	96	2024	91	101	2029	96	105
2020	87	97	2025	92	102	2030	97	105
2021	88	98	2026	93	103	2031	98	105
2022	89	99	2027	94	104	2032	99	105
2023	90	100	2028	95	105	2033	100	105

A PEC prevê ainda que a idade mínima para a aposentadoria poderá subir em 2024. Depois disso, a cada quatro anos, de acordo com a expectativa de vida dos brasileiros. Se a expectativa de vida for acima de 65 anos para homens e 62 para mulheres, haverá ajuste na idade mínima. A proporção será de 75% sobre os meses de aumento. Por exemplo, se a expectativa de vida subir em 12 meses, a idade mínima sobe em 9 meses.

UnB recebe III Encontro Nacional de Educação em abril



16.06.2016 No dia da abertura do II ENE, profissionais da educação fazem protesto em Brasília contra o governo Temer.

A cidade de Brasília sediará pela segunda vez o Encontro Nacional de Educação (ENE), em 12, 13 e 14 de abril. O I ENE foi realizado em 2014, no Rio de Janeiro (RJ). Já o segundo ocorreu na capital federal, em 2016. O tema do III ENE será “Por um projeto classista e democrático de educação”.

O encontro, além de construir uma proposta classista de educação, também debaterá a resistência aos ataques à educação. Para tal, o ENE é dividido em nove eixos temáticos, que estão sendo debatidos há meses nos diversos encontros preparatórios realizados de norte a sul do país.

Os eixos do III ENE são: Conhecimento,

Currículo e Avaliação; Financiamento da Educação; Formação de trabalhadores da educação; Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Questões Étnico-Raciais; Gestão/Organização do Trabalho Escolar; Organização da Classe Trabalhadora; Trabalho na Educação e Condições de Estudo; Universalização da Educação, Acesso e Permanência; e Democracia, autonomia no espaço educacional e liberdade de cátedra/ensinar.

PROGRAMAÇÃO

O III ENE será realizado no campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília (UnB). As plenárias ocorrerão no Centro

Comunitário Athos Bulcão. O encontro começa na sexta (12) com o credenciamento, o acolhimento das caravanas, a mesa de abertura e o almoço.

A primeira mesa começa às 13h30. O debate será sobre “Capitalismo e Educação – Lutas internacionais e nacionais pela educação pública”. As debatedoras serão Virgínia Fontes, docente da Universidade Federal Fluminense (UFF), Maria de La Luz Arriaga, docente da Universidade Nacional Autónoma do México (Unam), e Nara Cladera, docente da rede básica da França.

De noite, após o jantar e um ato cultural, terá lugar o painel “Movimentos sociais e as experiências de educação popular no Brasil”. Participarão do painel MST, MTST, Rede

Emancipa, Movimento Educação Popular (MUP), Luta Popular, Núcleo de Educação Popular (NEP 13 de Maio) e NEABI.

No sábado (13), às 8h30, será realizada a mesa “Os ataques à educação pública e a reafirmação do projeto classista”. Debaterão o tema Olinda Evangelista, docente da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e Fernando Penna, docente da UFF e militante do Movimento Educação Democrática e da Frente Nacional Escola Sem Mordarça.

Na tarde de sábado, os participantes serão divididos em Grupos de Trabalho temáticos, que aprofundarão os debates sobre cada um dos eixos do III ENE. No domingo (14) ocorrerá a plenária final.

REFERÊNCIAS E INSPIRAÇÕES

Uma das inspirações que levou à criação do ENE, ainda em 2014, foi a grande movimentação de entidades e movimentos sociais nas décadas de 80 e 90 para debater a educação pública. Na época, a movimentação culminou na criação, em 1986, do Fórum Nacional Pela Constituinte. Em seguida, ele foi transformado em Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP). Uma das ações do fórum foi apresentar no Congresso um Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1988-1996). O fórum participou ativamente do processo de Constituinte, defendendo a educação pública em oposição às ideias privatistas dos empresários da educação.

Foi o fórum que elaborou uma proposta de Plano Nacional de Educação (PNE) da Sociedade Brasileira em 1997. O PNE da Sociedade Brasileira foi consolidado no II Congresso Nacional de Educação (CONED), em Belo Horizonte (MG), realizado em novembro de 1997. O projeto foi apresentado ao Congresso Nacional pelo deputado Ivan Valente (então no PT paulista), em contraposição ao PNE apresentado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

O PNE da Sociedade Brasileira trazia uma proposta de educação sustentada na defesa de princípios éticos, voltados para a busca de igualdade e de justiça social. Explicitava concepções de ser humano, de mundo, de sociedade, de democracia, de educação, de autonomia, de gestão da avaliação e de currículo radicalmente distintas das defendidas por governos e empresários.

O eixo central do PNE da Sociedade Brasileira era “Educação, Democracia e Qualidade Social”, uma homenagem ao professor Paulo Freire, falecido em 1997. Outro

homenageado foi Florestan Fernandes, que contribuiu para a fundação da FNDEP.

O Congresso acabou por aprovar o PNE de FHC, que favorecia a mercantilização e a privatização da educação. O PNE da Sociedade Brasileira, no entanto, é até hoje referência para os defensores da educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada.

Uma das intenções do ENE é justamente construir uma nova proposta de PNE que defenda a educação pública. O PNE em vigor (2014-2024), também traz em suas propostas o caráter mercantilista e privatista ao qual se opõem as entidades e movimentos que constroem o ENE.

CONVITE À PARTICIPAÇÃO

Raquel Dias, 1ª tesoureira do ANDES-SN, ressalta a importância da participação do movimento docente no III ENE. “O ENE é um espaço de resistência de todos aqueles que defendem a educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada”, comenta.

A docente lembra a importância do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Ela pontua que o ENE tem características semelhantes às dos congressos do fórum nos anos 90. “O III ENE, assim como os anteriores, tem como objetivo atualizar e reafirmar o projeto classista de educação, tomando como referências as elaborações do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. O fórum, na década de 90, realizou congressos de educação e elaborou o PNE da Sociedade Brasileira. O ENE é uma espécie de reedição desses congressos. Tem o mesmo caráter de construção autônoma das organizações da classe trabalhadora e da juventude”, afirma Raquel.

“Estamos na reta final de construção do III ENE. Estamos acompanhando os últimos encontros preparatórios nos estados e municípios. Há ampla participação da juventude, de estudantes e professores de todos os níveis”, completa a 1ª tesoureira do ANDES-SN.

Mais informações sobre o ENE podem ser lidas no site <https://encontronacionaldeeducacao.org/>

“O ENE é um espaço de resistência de todos aqueles que defendem a educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada”

Raquel Dias, 1ª tesoureira do ANDES-SN



2016. Casa cheia. II ENE contou com a presença de 2500 participantes.

Mulheres ocupam as ruas em todo o mundo na luta por direitos e contra a violência de gênero



Multidões de mulheres foram às ruas no Brasil, e por todo o mundo, na sexta-feira dia 8 de março para marcar o Dia Internacional de Luta das Mulheres. Neste ano, no Brasil, o 8M aconteceu logo após o carnaval, o que deu um tom festivo a algumas manifestações. As mulheres foram às ruas com muita irreverência, adereços e fantasias representando as pautas políticas. Essa foi a primeira grande manifestação desde a eleição presidencial.

Por todo o país, as mulheres denunciaram o aumento dos casos de feminicídio e os ataques aos direitos sociais e trabalhistas. A luta em defesa da Previdência e do direito à aposentadoria, o fim do genocídio de indígenas e quilombolas também estiveram na pauta. Não faltaram críticas ao governo federal e às posturas conservadoras do Executivo. As mulheres levantaram ainda as bandeiras pela legalização do aborto e pelo direito de decidir sobre o próprio corpo. A revogação da reforma trabalhista, defesa da educação e da saúde públicas também estiveram estampadas nos cartazes e faixas.

Mariana Trotta, 1ª vice-presidente da Regional Rio de Janeiro do ANDES-SN, destaca as dimensões das manifestações Brasil afora. “Foi um 8 de março massivo, em que as mulheres tomaram as ruas do país. No Rio de Janeiro, tivemos uma manifestação muito grande, em torno de 50 mil mulheres”, conta.

Ela explica que outra característica marcante foi a construção de atos unificados, com pautas comuns a todas as mulheres. “Conseguimos construir manifestações de maneira unificada no Rio de Janeiro, e em diversas cidades do Brasil, entendendo que essa conjuntura, de avanço da extrema direita, é ainda mais impactante para a vida das mulheres”, ressalta. “O alto índice de feminicídios nesse início de ano é um dado alarmante”, acrescenta.

As manifestações também lembraram as vítimas de Brumadinho (MG) e os crimes da Vale e também cobraram justiça para Marielle Franco e Anderson Gomes. Marielle, vereadora do Psol/RJ, foi executada no dia 14 de março de 2018, junto com seu motorista Anderson.

Os protestos foram organizados por mulheres de movimentos sociais, entida-

des sindicais, coletivos, ONGs e militantes independentes. Diversas seções sindicais do ANDES-SN participaram das atividades, que tiveram ainda aulas públicas, panfletagem, apresentações musicais e performances teatrais.

Caroline Lima, 1ª secretária do ANDES-SN, reforça o fato dos atos do 8M terem ganhado força para além das capitais. “Pelo ANDES-SN, observamos isso via nossas seções sindicais que, em conjunto com outras entidades e outros coletivos, fizeram com que o 8M fosse para além das capitais e tivesse forte expressão em várias cidades do interior”, avalia.

A diretora do Sindicato Nacional destaca ainda que essa mobilização ajudou a espalhar pelo país o debate sobre o caráter machista e misógino da Reforma da Previdência. Além disso, reforçou a necessidade de combate ao feminicídio.

“A luta contra o feminicídio está ganhando força na América Latina e no mundo todo, tendo em vista os governos conservadores, que fizeram com que direitos conquistados fossem retirados e retroagissem. Isso fez com que a violência contra as mulheres ficasse mais evidente.

E colocou para o movimento de mulheres a necessidade de estarmos organizadas em defesa das nossas vidas”, ressalta.

“A luta contra o feminicídio está ganhando força na América Latina e no mundo todo, tendo em vista os governos conservadores, que fizeram com que direitos conquistados fossem retirados e retroagissem.

Caroline Lima, 1ª secretária do ANDES-SN

A 1ª secretária do Sindicato Nacional destaca o caráter internacionalista da data e a luta da mulher pelo direito de decidir sobre o próprio corpo. Ressalta ainda pluralidade das lutas e desafios.

“Isso mostra que o debate sobre a vida das mulheres não é só contra o feminicídio ou contra a violência, é contra tudo aquilo que mata as mulheres. Não é só uma arma de fogo ou a violência doméstica que mata as mulheres. As contrarreformas tiram nossas vidas, a falta de acesso a políticas públicas tiram nossas vidas. Tudo isso ficou muito presente nas manifestações do 8 de março, tanto no Brasil como no mundo”, conclui Caroline.

PELOS DIREITOS DAS MULHERES DO CAMPO, INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

As mulheres camponesas, indígenas e quilombolas participaram ativamente das mobilizações do 8 de março pelo Brasil. Uma das principais bandeiras da atual jornada das mulheres camponesas é a luta contra a reforma da Previdência. Militantes de organizações que formam a Via Campesina denunciaram que serão as mais prejudicadas com as mudanças apresentadas por Bolsonaro ao Congresso.

Os movimentos do campo realizaram grandes manifestações nas capitais e municípios no interior de pelo menos 19 estados ao longo do dia. As camponesas organizaram também feiras de alimentos orgânicos, denunciando o abuso de agrotóxicos utilizados no agronegócio. Desde o início do ano, o governo Bolsonaro

aprovou o registro de 86 novos pesticidas. O levantamento foi realizado pelo site De Olho nos Ruralistas.

As mulheres indígenas de diferentes etnias também se mobilizaram pelo país, seguindo o tom de denúncia inaugurado no início do ano, com a campanha Janeiro Vermelho. Fortemente afetados por mudanças no processo de demarcação de terras, os indígenas realizaram a primeira manifestação massiva contra Bolsonaro no dia 31 de janeiro. Já no primeiro mês de mandato, Bolsonaro desmontou a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a transferiu para o Ministério da Agricultura.

As mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) foram às ruas em sete estados cobrar a responsabilização da Vale pelos crimes de Brumadinho e de Mariana. Elas alertaram para o impacto de tragédias desse tipo na vida das mulheres.

MANIFESTAÇÕES PELO BRASIL

O Brasil registrou atos em dezenas de cidades entre capitais e municípios do interior. No Rio de Janeiro (RJ), milhares lotaram as ruas do centro da capital fluminense por igualdade de direitos e justiça para Marielle Franco. A manifestação saiu da Candelária e percorreu a Avenida Rio Branco e terminou na Cinelândia, em frente à Câmara de Vereadores. Mulheres de Niterói fizeram concentração em frente à estação das Barcas e cruzaram a Baía da Guanabara

para participarem do ato unificado.

Em São Paulo (SP), a manifestação aconteceu na Avenida Paulista, região central. Entre as diversas pautas, estava a organização da Greve Geral em defesa da aposentadoria. Em Belo Horizonte (MG), milhares foram às ruas do centro da cidade com cartazes e faixas pela vida e pelos direitos das mulheres.

Em Brasília (DF), o Cortejo das Mulheres do Distrito Federal e Entorno levou mais de 8 mil mulheres às ruas. Com o mote “Pela vida de todas as mulheres, resistiremos!”, o ato contou com diversas alas de fantasias, entre elas a “Noiva Cadáver”, que denunciou a violência de gênero. As docentes integraram a ala contra a Reforma da Previdência, que fechou o cortejo pela Esplanada dos Ministérios.

Em Recife (PE), mais de 10 mil mulheres colocaram a capital pernambucana para ferver na sexta-feira (8). O ato contou com a participação de diversos movimentos sindicais e sociais. Também ocorreram manifestações e aulas públicas em Macapá (AP), Manaus (AM), Teresina (PI) e Boa Vista (RR).

Em Belém (PA), além de passeata, foi realizado um ‘Banqueteço’, promovido por agricultoras paraenses. Elas protestaram contra o agronegócio e em defesa da agricultura familiar e da soberania alimentar.

A luta contra o feminicídio, pelo direito ao aborto legal, entre outras bandeiras históricas do movimento feminista, também se fizeram presentes nas ruas de Aracaju



Em Florianópolis (SC), mulheres indígenas também foram às ruas em luta por seus direitos.



Em Manaus (AM), centenas de pessoas marcharam pelas ruas da cidade em defesa da vida das mulheres.

(SE) e Maceió (AL). O mesmo ocorreu em Natal (RN), Fortaleza (CE), João Pessoa (PB) e Campina Grande (PB).

Em Salvador (BA), as mulheres marcharam da Praça da Sé, no Pelourinho, até o Campo Grande. Com cartazes, bandeiras, faixas, camisetas, som e muita energia, reivindicaram respeito, equidade, representatividade e garantia de direitos. Em Feira de Santana (BA), o dia de luta internacional das mulheres começou com

concentração e panfletagem na Praça do Nordeste. Depois, as mulheres seguiram em caminhada pelo centro da cidade.

Em Vitória (ES), a passeata do 8 de março coloriu as ruas e mostrou a forte disposição de luta para combater o machismo e os ataques de Bolsonaro. O mesmo ocorreu em Cuiabá (MT), Campo Grande (MS), Curitiba (PR), Ponta Grossa (PR) e Florianópolis (SC).

As mulheres também foram às ruas

em Porto Alegre (RS) e outras cidades do estado gaúcho como Santa Maria e Rio Grande. Em Pelotas, uma das principais bandeiras do ato foi a luta contra a reforma da Previdência. As mulheres também reafirmaram a histórica luta contra o machismo e contra a discriminação de gênero.

PELO MUNDO

A mobilização pelos direitos das mulheres também ocorreu mundo afora. Em alguns países, como Itália e Espanha, as trabalhadoras cruzaram os braços, aderindo à Greve Internacional de Mulheres.

Da Ásia à Europa e da Oceania à África houve muitas bandeiras de luta comuns. O combate à desigualdade de gênero foi uma delas. As mulheres de todo o mundo também protestaram por direitos e salários iguais aos dos homens. Gritaram alto contra a violência de gênero e os feminicídios. E reivindicaram a descriminalização e a legalização do aborto.

Também houve lutas por pautas específicas. Nas Filipinas, por exemplo, as mulheres saíram às ruas de Manila, capital do país, para protestar contra o governo. O presidente Rodrigo Duterte é considerado pelo movimento de mulheres um misógino e frequentemente faz piadas públicas em alusão a estupros. Uma mulher ou criança filipina é estuproada por hora, em média.



Em Campo Grande (MS), manifestantes realizaram intervenção artística contra a violência de gênero.

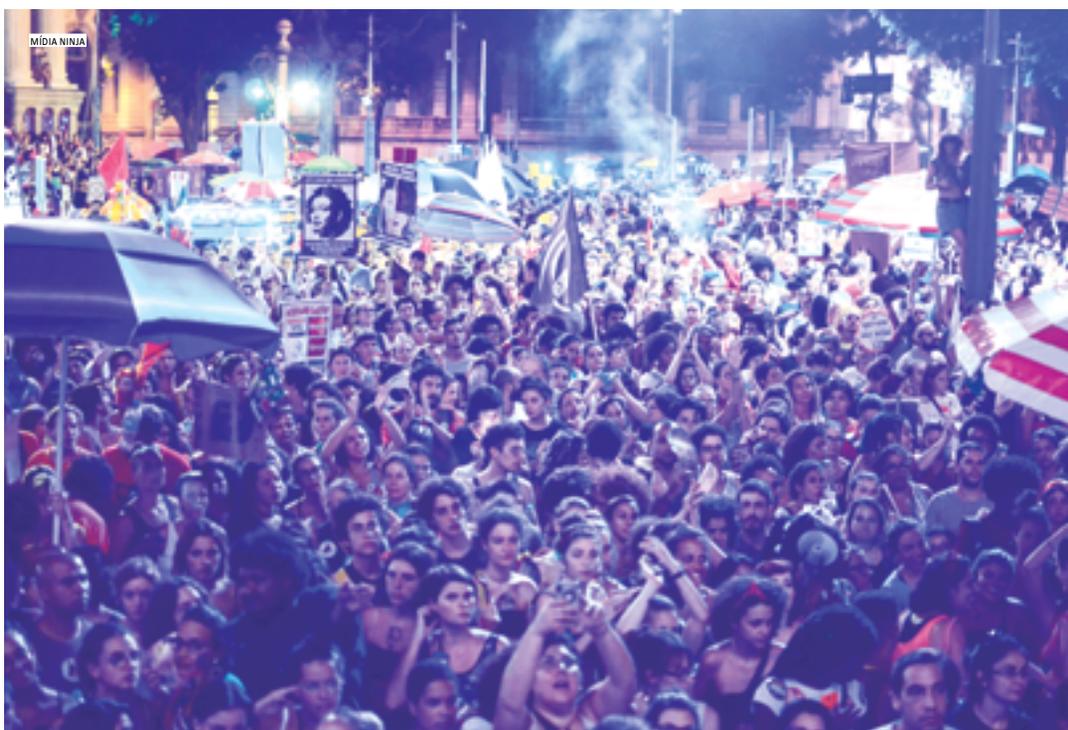
Ainda na Ásia, na Coreia do Sul, as manifestações em Seul, capital do país, foram lideradas por estudantes.

No Sudão, África, as mulheres lideraram por semanas as grandes manifestações que pediam a queda do ditador Omar Hassan al-Bashir. Omar governa o país há 30 anos. Um dia antes do 8 de março, uma nova mobilização foi realizada. Dezenas de mulheres foram feridas e outras dezenas foram presas por participar dos protestos. Na Argélia, os protestos de 8 de Março também se deram em meio à luta pela queda do governo. Argelinas e argelinos lutam contra a quinta reeleição do presidente Abdelaziz Bouteflika.

As ruas da Europa também foram tomadas por mulheres reivindicando seus direitos. Na Espanha teve lugar uma Greve de Mulheres que paralisou diversos serviços. As manifestações começaram de madrugada e ocorreram em mais de 400 cidades espanholas. Os maiores atos foram realizados nas cidades de Barcelona, Bilbao e Madri, capital do país.

Na Itália também houve Greve de Mulheres. Em Roma, capital do país, a greve paralisou os transportes públicos, o aeroporto e os serviços públicos de educação e saúde. O mesmo se repetiu em outras grandes cidades, como Milão, Turim e Nápoles. No final da tarde, centenas de milhares de italianas saíram às ruas levantando a bandeira "Nem Uma a Menos".

Grandes manifestações também foram registradas em outros países europeus. É o caso de França, Portugal, Holanda, Bélgica, Polônia, Grécia e Turquia, por exemplo. Em Istambul, capital turca, a manifestação foi reprimida pela polícia. Já na Alemanha, a



Ato no Rio de Janeiro (RJ) reuniu mais de 50 mil pessoas, segundo organizadoras.

capital Berlim se tornou a primeira cidade da União Europeia a decretar o dia 8 de Março como feriado municipal.

Nos Estados Unidos, as jogadoras da seleção feminina de futebol ganharam as manchetes. Como forma de protesto no 8 de março, as jogadoras abriram processo contra a federação de futebol por discriminação de gênero. Elas reivindicam que os valores das premiações pagas ao time feminino sejam iguais ao do time masculino. No México, a manifestação de mulheres lotou a Praça da Revolução, na capital do país.

ORIGEM DO 8 DE MARÇO

A data tem uma origem socialista e foi apagada ao longo dos anos, principal-

mente durante o período da Guerra Fria. Em 8 de Março de 1917 (23 de fevereiro no calendário juliano), foi realizada uma manifestação de tecelãs e costureiras russas de São Petersburgo. Elas protestaram contra a fome e contra a I Guerra Mundial.

O ato, posteriormente, foi considerado como um dos estopins da Revolução Russa, que ocorreu no final do ano. Em 1921, em Moscou, A 1ª Conferência de Mulheres Comunistas fixou o dia de 8 de Março como data unificada em honra às operárias de São Petersburgo. A data foi, em seguida, adotada pelos movimentos de mulheres de todo o mundo.

* Com informações seções sindicais e Mídia Ninja

Femicídios de 1º de janeiro a 12 de março

Até 12 de março, foram 221 mulheres assassinadas em 2019, vítimas de feminicídios no Brasil. Outras 146 foram vítimas de tentativa de assassinato. São pelo menos 3 mulheres mortas por dia.

O levantamento é do pesquisador da USP, Jefferson Nascimento, com base nos casos noticiados. Infelizmente, os números podem ser maiores, considerando que nem todos os casos chegam aos jornais.



5,24 casos por dia
3,11 mortes por dia

MORTES 221	TENTATIVAS 146
----------------------	--------------------------

367 CASOS
letalidade: 60,21%

Mulheres são as mais prejudicadas com a Reforma da Previdência



As mulheres serão as mais prejudicadas caso a Reforma da Previdência, apresentada pelo governo federal, seja aprovada. A Proposta de Emenda à Constituição PEC 6/2019 foi encaminhada ao Congresso Nacional em 20 de fevereiro. O texto propõe o desmonte da previdência social e o fim dos direitos de aposentadoria, com ataques ainda mais profundos às trabalhadoras.

Entre as mudanças previstas na PEC está o aumento da idade mínima de aposentadoria e do tempo de serviço para acesso ao benefício integral. Além disso, dificul-

ta as regras para o acesso a benefícios como pensão por morte e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para as trabalhadoras mais pobres.

A reforma da Previdência prevê que as mulheres só poderão se aposentar com idade mínima de 62 anos e tempo mínimo de contribuição de 20 anos. De acordo com PEC, o benefício será de apenas 60% para quem atingir 20 anos de contribuição, acrescido de 2% por ano de contribuição que exceder esse tempo mínimo, até chegar a 100% com 40 anos de contribuição.

REFORMA MACHISTA E EXCLUDENTE

A proposta desconsidera as duplas, e às vezes triplas, jornadas às quais as mulheres são submetidas. Não leva em conta a diferença salarial entre homens e mulheres. Isso faz com que os homens tenham direito a uma aposentadoria maior que a das mulheres, exercendo a mesma função.

Além disso, ignora também que as mulheres têm maior descontinuidade no tempo de contribuição, estando mais sujeitas ao desemprego e ao emprego informal.

Por exemplo, pelas regras atuais, uma mulher de 55 anos e com 25 anos de contribuição teria que trabalhar mais cinco anos para se aposentar por idade e conseguir receber 100% da sua aposentadoria. Ou seja, poderia se aposentar com 60 anos de idade e 30 anos de contribuição e ter acesso ao valor integral do benefício.

No entanto, caso a PEC seja aprovada, essa mesma mulher terá que trabalhar

mais sete anos para se aposentar por idade. Ainda assim, caso essa mulher se aposente com 62 anos, ela não terá mais acesso ao valor integral da sua aposentadoria, mesmo tendo contribuído por 32 anos. Se ela aposentar com 62 anos, terá direito a um benefício de apenas 84% do total de sua aposentadoria.

Para receber 100% do valor de sua aposentadoria, ela terá de contribuir por, pelo menos, 40 anos. Ou seja, precisará trabalhar até os 70 anos.

E A TRABALHADORA RURAL?

Já no caso das trabalhadoras rurais, a reforma iguala a idade mínima de 60 anos para aposentadoria entre homens e mulheres. Nas regras atuais, mulheres do campo se aposentam com 55 anos, e homens com 60. Além disso, a PEC estabelece tempo mínimo de contribuição, 20 anos, que atualmente não existe. Pelas mudanças propostas, as trabalhadoras rurais não poderão mais se aposentar apenas por idade.

As trabalhadoras e trabalhadores rurais, na maioria das vezes, começam a trabalhar ainda crianças. Porém, poucas têm registrado o tempo de trabalho. Além disso, estão mais submetidas a duplas ou triplas jornadas de trabalho, nas atividades rurais e domésticas. Vale lembrar que as mulheres só ganharam o direito à aposentadoria rural a partir da Constituição de 1988. Até então, tinham direito a apenas meio salário mínimo, caso fossem viúvas.

As mulheres só ganharam o direito à aposentadoria rural a partir da Constituição de 1988.

PENSÃO POR MORTE E BPC

As alterações no acesso ao Benefício de Prestação Continuada, Pensão por morte e acúmulo integral das pensões e aposentadoria aprofundam ainda mais a desigualdade de gênero. Isso porque as mulheres representam a maioria que recebe esses benefícios.

Se a PEC for aprovada, a idade para acesso ao BPC, destinado pessoas em situação de miserabilidade, passará para 70 anos. A atual proposta reduz o valor do benefício, estipulando que seja de apenas 400 reais.

Já o valor da Pensão por Morte será re-

duzido a 60% do salário, acrescido de 10% por dependente menor de 21 anos, limitado a 100% do valor. Isso pode fazer com que o benefício seja inferior ao salário mínimo.

Outra mudança que afetará diretamente as mulheres, em especial as mais velhas, é o fim da acumulação integral de aposentarias e pensões. A proposta prevê que a seguradora terá que escolher o benefício de maior valor e, para receber o segundo benefício, haverá uma redução no pagamento.

Ela terá direito a até 80% do valor, caso o mesmo seja de até um salário mínimo. Quanto maior o valor, maior a redução que será calculada de maneira proporcional de acordo com as faixas correspondentes.

Por exemplo, uma mulher recebe R\$ 1.800 de aposentadoria e seu companheiro R\$ 4.000. Atualmente, no caso da morte do marido, ela tem direito à pensão integral. Ou seja, receberia R\$ 5.800,00.

Com a reforma, porém, o valor da pensão será 60% do salário do homem. Ou seja, R\$ 2.400. Além disso, para acumular os benefícios, a mulher terá de escolher o maior (R\$ 2.400) e receber uma fatia do menor, sua aposentadoria (R\$ 1.800). Aplicando os percentuais previstos na PEC, a aposentadoria que ela receberia seria de R\$ 1.279,60. Ou seja, acumulando os dois benefícios, ela teria direito a R\$ 3.676,60 de benefício.

POR QUE AS MULHERES SÃO AS MAIS AFETADAS?

Esses ataques têm graves consequências para as mulheres trabalhadoras, porque

elas são as que mais dependem dos benefícios. Em 2015, do total de dependentes que receberam pensão por morte, 84,4% eram mulheres e 15,6%, homens. Os benefícios assistenciais ao idoso, por sua vez, foram distribuídos em 58,5% para as mulheres e 41,5% para os homens. Os dados são do Anuário Estatístico da Previdência Social.

Proporcionalmente, há mais mulheres protegidas pela Previdência Social do que homens. Porém, os valores dos benefícios pagos a elas são, em média, inferiores aos valores pagos a eles. Em dezembro de 2015, o valor médio dos benefícios ativos no Regime Geral de Previdência Social foi de R\$ 1.101,13. A média dos benefícios pagos aos homens foi de R\$ 1.260,41 e às mulheres de R\$ 954,78. Ou seja, uma diferença de 32%.

SISTEMA DE CAPITALIZAÇÃO

Outro caráter excludente da reforma é a proposta de sistema de capitalização. Esse modelo individualiza a previdência e faz que o valor da aposentadoria de quem recebe menos seja desproporcionalmente menor.

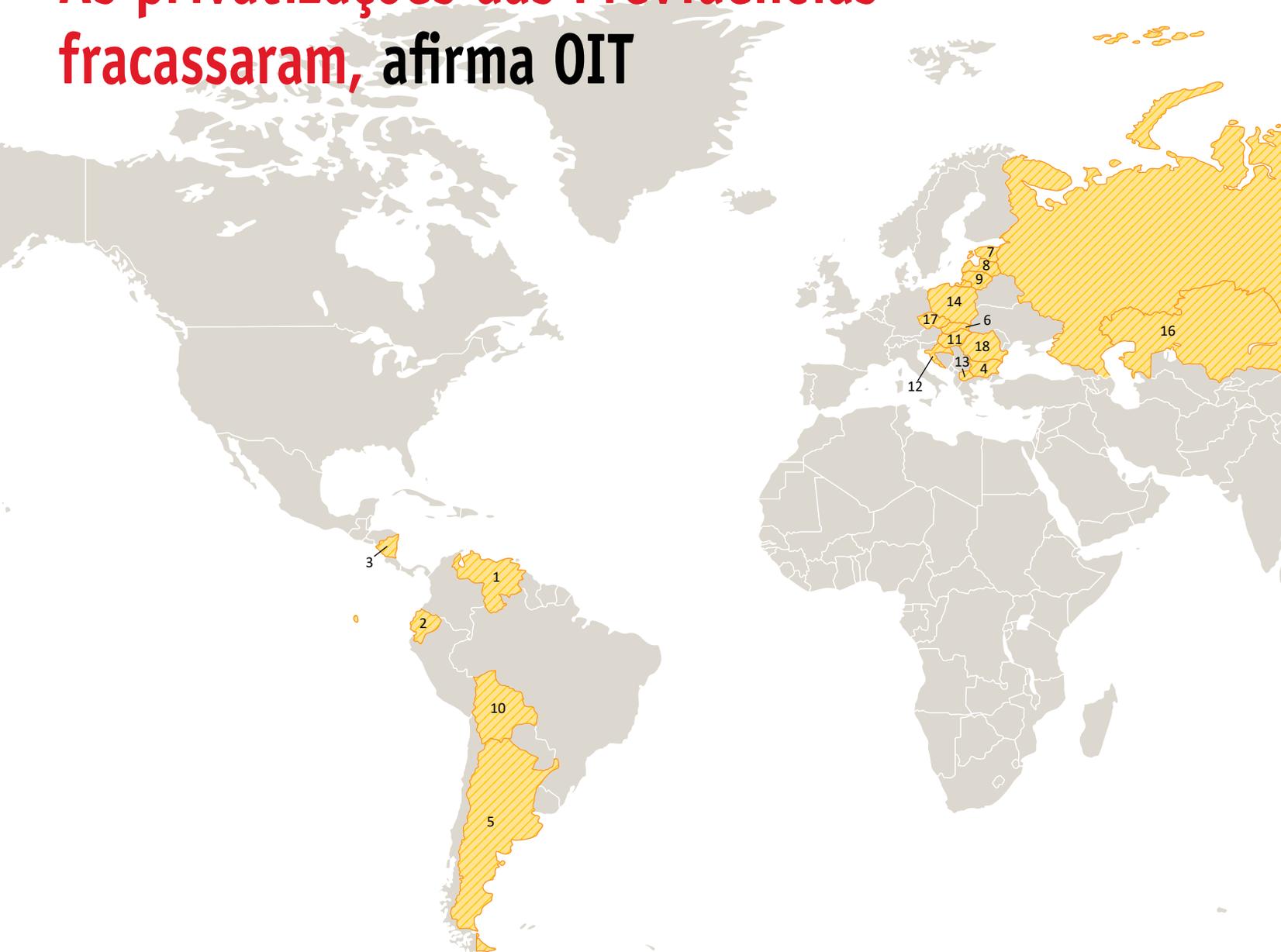
Segundo dados do IBGE de 2018, as mulheres ganham 22,5% a menos que os homens para exercerem as mesmas funções. A diferença salarial média entre uma mulher negra e um homem branco é de 60%, podendo chegar a 80% em alguns cargos.

**Com informações da Rede Brasil Atual, O Globo e Dieese*



Críticas à Reforma da Previdência marcaram o 8M.

As privatizações das Previdência fracassaram, afirma OIT



As privatizações dos sistemas previdenciários fracassaram. Essa é a conclusão do estudo “Reversão da Privatização de Previdência: Questões chaves”, publicado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em dezembro do ano passado. O documento traz um levantamento acerca da privatização dos sistemas de previdência no mundo e sobre a reversão das privatizações. De 30 países que privatizaram a previdência, ao longo dos últimos 30 anos, 18 estão em processo de reversão.

O documento da OIT lista uma série de lições aprendidas ao longo de três décadas de privatização da previdência no mundo. Ao contrário do prometido pela propaganda oficial e pelas instituições financeiras, a previdência privada não aumentou a taxa de cobertura. Na Argentina, por exemplo, a taxa de cobertura caiu 20%, assim como no Chile, na Hungria, no Cazaquistão e no México.

Nos países que privatizaram os seus sistemas de previdência, o valor das aposentadorias diminuiu. Na Bolívia, por exemplo, as aposentadorias privadas representavam apenas 20% da média salarial dos trabalhadores. Segundo a OIT, a privatização da previdência resultou no aumento do empobrecimento na velhice.

Outro aspecto negativo da privatização da previdência apontado pela OIT é o aumento da desigualdade de gênero e de renda. Isso se deu porque os componentes redistributivos dos sistemas de

previdência social foram suprimidos com a introdução de contas individuais. “Como a aposentadoria privada é resultado de poupança pessoal, as pessoas de baixa renda ou que tiveram sua vida profissional interrompida – por exemplo por causa da maternidade e das responsabilidades familiares – obtiveram poupanças muito reduzidas e conseqüentemente terminaram com aposentadorias baixas, aumentando assim as desigualdades”, afirma o estudo.

Como a aposentadoria privada é resultado de poupança pessoal, as pessoas de baixa renda ou que tiveram sua vida profissional interrompida (...) obtiveram poupanças muito reduzidas e conseqüentemente terminaram com aposentadorias baixas, aumentando assim as desigualdades

A OIT também pontua que os custos da transição da previdência pública para o sistema privado foram mal calculados pelos governos. Na Bolívia, o preço da privatização foi 2,5 vezes maior que a projeção



inicial. Na Argentina, 18 vezes maior. Os altos custos administrativos do sistema privados também são citados como problemas. Na previdência pública não existe o pagamento de taxas administrativas, taxas de gestão de investimentos, taxas de custódia, taxas de garantia, taxas de auditoria, taxas de publicidade e taxas jurídicas, entre outras. De acordo com o levantamento, esses custos somados chegaram a 39% dos ativos na Letônia, a 31% na Estônia e a 20% na Bulgária.

Quem ganhou com as privatizações?

Uma das conclusões do estudo é que o maior beneficiário da privatização da previdência no mundo foi o setor financeiro. A OIT lembra que em muitos países as reservas de previdência pública foram usadas para investir no desenvolvimento nacional. Com a privatização, no entanto, isso não ocorre mais. Os fundos privados “investiram as poupanças individuais em mercados de capitais buscando retornos elevados, sem colocar as metas nacionais de desenvolvimento como prioridade”, diz o levantamento. Nos países em desenvolvimento, muitas vezes são os grupos financeiros internacionais que detêm a maioria dos fundos investidos.

Lista dos países que voltaram atrás na privatização de suas Previdências

-  1. Venezuela (2000)
-  2. Equador (2002)
-  3. Nicarágua (2005)
-  4. Bulgária (2007)
-  5. Argentina (2008)
-  6. Eslováquia (2008)
-  7. Estônia (2009)
-  8. Letônia (2009)
-  9. Lituânia (2009)
-  10. Bolívia (2009)
-  11. Hungria (2010)
-  12. Croácia (2011)
-  13. Macedônia (2011)
-  14. Polônia (2011)
-  15. Rússia (2012)
-  16. Cazaquistão (2013)
-  17. República Tcheca (2016)
-  18. Romênia (2017)

Re-reformas e reestatização

A OIT encerra o estudo ressaltando que 18 países reverteram, ao menos em partes, a privatização de suas previdências. Foram 13 países na Europa Oriental e 5 na América Latina. São eles: Venezuela (2000), Equador (2002), Nicarágua (2005), Bulgária (2007), Argentina (2008), Eslováquia (2008), Estônia, Letônia e Lituânia (2009), Bolívia (2009), Hungria (2010), Croácia, Macedônia (2011), Polônia (2011), Rússia (2012), Cazaquistão (2013), República Tcheca (2016) e Romênia (2017).

Segundo o estudo, a reestatização apresentou resultados positivos, com a melhoria do sistema previdenciário, a baixa de custos administrativos, o aumento da cobertura da previdência e o aumento do valor das aposentadorias, em especial para a população mais vulnerável.

Quem mandou matar Marielle?

Em 14 de março de 2018, Marielle Franco foi brutalmente assassinada. Seu motorista, Anderson Gomes, também foi vitimado. Um ano depois, dezenas de manifestações pelo Brasil e pelo mundo homenagearam Marielle e Anderson. Cobraram também resposta para a pergunta: "Quem mandou matar Marielle Franco?"

No Rio de Janeiro, manifestantes amanheceram nas ruas para pedir justiça. Durante todo o dia acontecem atividades para marcar a data. São Paulo, Belo Horizonte, João Pessoa, Belém, Aracaju, Fortaleza, Porto Alegre e diversas cidades do interior do país também receberam manifestações.

"Quem matou Marielle não imaginava que ela tinha tanta força. Sua luta não será interrompida"

Raquel Araújo, 1ª tesoureira do ANDES-SN.

Em Brasília (DF), parlamentares do PSol realizaram um ato na Câmara Federal, 365 placas com o nome de Marielle Franco foram entregues à população na área central da capital. À noite, foi realizada uma sessão solene na Câmara Legislativa do DF, com o lançamento do livro de Marielle Franco. A obra é fruto da sua dissertação de mestrado "UPP: a redução da favela a três letras", em Administração Pública na Universidade Federal Fluminense (UFF). Em 18 de março, outra sessão solene no Plenário da Câmara dos Deputados também cobrou respostas para os assassinatos.

Portugal, Bélgica, Espanha, Suíça, Inglaterra, Alemanha, Itália, Austrália, Canadá, Estados Unidos, Colômbia e Argentina são alguns dos países onde também ocorreram homenagens à Marielle e Anderson.

Desde a execução, diversas manifestações cobraram o esclarecimento do caso e agilidade nas investigações. Em 8 de março, Dia Internacional de Luta das Mulheres, a reivindicação "Justiça para Marielle" esteve presente em quase todos os atos realizados no país.

"O assassinato de Marielle é muito simbólico, pois além do extermínio de seu corpo, houve a tentativa de exterminar as ideias e pautas que ela representa.

Quem matou Marielle não imaginava que ela tinha tanta força. Sua luta não será interrompida", disse Raquel Araújo, 1ª tesoureira do ANDES-SN.

QUEM FORAM MARIELLE E ANDERSON?

Anderson Gomes, nascido na favela da Fazendinha, parte do Complexo do Alemão, trabalhava como motorista de Marielle. Ele tinha um filho de um ano à época do assassinato.

Marielle Franco nasceu e foi criada na Favela da Maré, no Rio de Janeiro. Mulher, negra, lésbica, mãe e socialista, iniciou sua militância em direitos humanos após ingressar no pré-vestibular comunitário. Graduiu-se pela PUC-Rio e fez mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Trabalhou em organizações da sociedade civil e coordenou a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), ao lado de Marcelo Freixo.

Em 2016, foi eleita vereadora com mais de 46 mil votos, a 5ª vereadora mais votada do Rio de Janeiro. Marielle presidiu a Comissão de Mulher da Câmara Municipal do RJ e propôs diversos projetos e iniciativas durante pouco mais de um ano de mandato.

RESPOSTAS AO CRIME

Em 12 de março, a Polícia Civil e o Ministério Público do RJ divulgaram a prisão de dois policiais militares envolvidos no assassinato: o sargento reformado da PM Ronnie Lessa e o ex-PM Elcio

Vieira de Queiroz. Lessa foi apontado como o responsável pelos 13 tiros que executaram Marielle e Anderson. Queiroz, que foi expulso da corporação, foi o motorista do carro usado para o crime.

Após o anúncio, o delegado responsável pelas investigações, Ginton Lages, foi afastado do caso. Segundo o MP/RJ, as investigações buscam os mandantes da execução.

**Com informações do site Florescer Por Marielle*

